ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2007

ACTA Nº 18

Aos dezoito dias do mês de Junho de dois mil e sete, pelas 21,20 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do art.º. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

2 – Prorrogação das Medidas Preventivas para o Perímetro Urbano de Cabanas, estabelecidas no âmbito da elaboração do Plano de Urbanização de Cabanas

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Dr. Artur Miranda Lemos do PS

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sr. Vereador Adilo Costa
- Sr. Vereador José Charneira
- Sr. Vereador José Braz Pinto
- Sr. Vereador José Carlos Sousa
- Sr. Vereador Octávio Machado

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** solicita a aprovação das minutas das actas nº. 09 de 30.06.2006 e nº. 17 de 28.05.2007, dispensando-se a sua leitura em virtude de terem sido previamente distribuídas. Foram aprovadas por unanimidade, com 25 votos a favor (15 CDU, 5 PS, 4 PSD e 1 BE).

Solicita, ainda, a aprovação em minuta do ponto que irá ser discutido, para poder produzir efeitos imediatos.

Agradece a presença do público presente e informa que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum munícipe quer intervir.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** dá início ao período de Antes da Ordem do Dia. De imediato pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que gostava de deixar uma chamada de atenção aos responsáveis pela sinalização nas estradas no sentido de haver algum cuidado na aprovação de projectos apresentados por empresas que pretendam fazer obras no Concelho.

Esta chamada de atenção vem a propósito de uma obra que foi feita entre a escola de Batudes e a Venda do Alcaide que tem uma péssima sinalização. Apresenta a sua disponibilidade para uma visita ao local e verificação dos problemas, tal como já fez com o encarregado da obra.

Aproveita para referir a falta de sinalização na rotunda junto ao Modelo, em Pinhal Novo, no sentido Terrim/Palmela.

Sr. António José Santos do PS apresenta cumprimentos aos presentes.

Regozija-se com a colocação de calçada no troço entre a escola de Aires e a Estação de Palmela, no entanto, gostaria de saber se a colocação só vai ser feita no lado esquerdo ou se é extensiva ao lado direito e se a Câmara está a pensar alterar a situação das manilhas, já falada anteriormente, que torna o local perigoso.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD apresenta cumprimentos aos presentes.

Gostava de saber se foi feito algum acordo com a Câmara Municipal de Setúbal, e em que termos, para a limpeza do talude direito da estrada da Baixa de Palmela, já dentro do Concelho de Setúbal, uma vez que verificou a presença de uma brigada de pessoal da Câmara de Palmela no local a fazer o trabalho.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU apresenta cumprimentos aos presentes.

Gostava de saber o que se passou, nas últimas duas semanas, na vila de Pinhal Novo em relação aos cortes de abastecimento de água e pressão inferior ao normal. Diz que teve oportunidade de obter esclarecimentos, junto da Câmara Municipal, no que respeita a uma obra

de ligação e reforço, ocorrida na zona sul do Pinhal Novo. Só que, para além do dia em que ocorreu essa obra, houve outros dias onde a pressão da água desceu consideravelmente. Pretende saber se há alguma explicação para o facto e sobre o que está feito e previsto para o corrente ano nesta matéria.

Em relação às obras do espaço nascente da Praça da Independência gostava de saber quando é que se prevê o início da obra, dado que o verão se aproxima. Ainda em relação a este espaço nobre da vila de Pinhal Novo, refere a realização das Festas Populares de Pinhal Novo, cujo êxito em muito se deve às condições naturais do local que é uma excelente sala de visitas para acolher os milhares de visitantes que acorrem nesta ocasião.

Existem dois espaços distintos, cada um marcando uma época, um mais ligado à história e origem do lugar e outro mais ligado ao futuro que querem promissor. A Praça da Independência continua a padecer, e a enfermar de algumas maleitas, ora provocadas por actos de vandalismo, ora por atrasos nalguns investimentos necessários. Pergunta para quando o início da remodelação do sistemas de iluminação.

Aquele espaço deve ser vivenciado e humanizado e para isso é preciso criar algumas condições, com uma iluminação condigna. Há ainda outras pequenas intervenções que podem ser feitas pelos serviços municipais, nomeadamente a recuperação de espécies arbóreas e a pavimentação de alguns espaços que ficaram por pavimentar.

Porque se trata de um espaço que requer projectos imediatos para ter uma outra filosofia, e uma outra ocupação, recorda uma proposta recente feita à Câmara Municipal no sentido de se pensar na instalação de um quiosque no local. É um projecto que valoriza o espaço e que pode ajudar a autarquia a tirar daí alguns rendimentos.

Por último gostava de deixar uma sugestão, que deve ser alargada a outros espaços do género no Concelho, que tem a ver com a possibilidade de instalação duma zona de Internet sem fios. Pensa ser uma excelente medida que os adeptos das novas tecnologias, em particular os estudantes que queiram ocupar aquele espaço de uma forma positiva, iriam agradecer e seria um passo qualitativo muito grande que se daria em Pinhal Novo.

Sr. Presidente da Mesa, informa que tem em seu poder uma Moção apresentada pelo Grupo do PSD pelo que pergunta quem a vai apresentar.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, apresenta cumprimentos aos presentes.

Apresenta Moção, com carácter de Recomendação à Câmara Municipal, sobre Criação de Cartão Sénior Municipal que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca à votação a admissão da Moção, tendo sido admitida por unanimidade com 25 votos a favor (15 CDU, 5 PS, 4 PSD e 1 BE).

De imediato pergunta se alguém quer intervir na discussão da Moção.

Sr. José Manuel Silvério do PS apresenta cumprimentos aos presentes.

Em relação à Moção refere que o Partido Socialista vai votar favoravelmente, no entanto gostaria de deixar clara uma questão que lhe parece importante.

O Sr. Dr. Bracinha Vieira iniciou a sua intervenção dizendo que a Moção tinha o carácter de Recomendação à Câmara. Em seu entender deveria ser uma repreensão e o Sr. Dr. Bracinha Vieira melhor que ninguém, porque foi Vereador de 2001 a 2005, sabe que a CDU no seu programa eleitoral se propunha implementar o cartão municipal sénior durante esse mandato. Nessa altura tinha sido muito mais a propósito o Sr. Dr. Bracinha Vieira obrigar a Câmara a cumprir o que tinha no programa, porque no actual o assunto já está esquecido.

Termina dizendo que os políticos têm destas coisas, porque parece que só se lembram do que se deve fazer bem, quando já não estão lá para o fazer.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, diz que quando lhe chegou às mãos a Moção/Recomendação do Partido Social Democrata achou um assunto pertinente e curiosa a intenção e preocupação social com esta matéria.

É um documento bem estruturado, muito bem pensado, mas que, possivelmente, peca por desconhecer dois ou três aspectos. O primeiro que convém desde já tornar público, e que deveria ser do conhecimento geral uma vez que crê ter sido dado nota duma cerimónia pública de assinatura de protocolos com diversos parceiros que aderiram a esta iniciativa, é que a Câmara Municipal de Palmela já tem cartão sénior há cerca de dois anos.

Possivelmente o alcance deste cartão ainda não é o desejado, em todo o caso gostava de dizer que era de bom tom estudar o que já existe e depois seja pela forma de Recomendação, ou de outra intervenção política, chamar a atenção para aspectos que se pudessem melhorar. Está certo de que, de todas as bancadas surgirão excelentes e bem intencionados contributos.

Em todo o caso, ao se aperceber de pormenores apresentados na Moção, chamou-lhe a atenção um conjunto de frases e intenções que teve oportunidade de ouvir no recente congresso dos Municípios Portugueses. Avizinham-se grandes mudanças e novidades nas transferências para as autarquias, crê mesmo que o Governo de Portugal apenas definirá as políticas e quer transformar as autarquias em prestadores de serviços das suas políticas. Essa é uma matéria a que se poderá voltar noutra ocasião para saber aquilo que importa fazer neste momento e, com transferências de competências que sempre foram reclamadas mais do que a descentralização de competências, se conduz ao aprofundamento da missão do poder local ou à refundação do poder local ou se conduzirá à sua asfixia.

Em relação à Moção diz que um conjunto de propostas sobre benefícios, descontos nas taxas municipais, seja de água ou de outra natureza, merece um estudo aprofundado sobre os impactos nas receitas da autarquia. Também não deixa de ser curioso que quem, a nível da governação do País, tem sido responsável por um conjunto de políticas anti-sociais que agrava o fosso entre os ricos e os pobres, que fazem com que grande parte dos idosos vivam abaixo do limiar da pobreza, venham a cometer à autarquia um conjunto de medidas que vão retirar-lhe possibilidade de continuar a fazer um apoio social que já é feito.

Neste momento ocorre-lhe dizer que julga não haver condições para votar favoravelmente uma Moção/Recomendação desta natureza, embora não veja inconveniente nenhum deste assunto poder vir a merecer uma reunião duma Comissão Especializada da Assembleia. Para já existe o facto do cartão já existir evitando assim fazer qualquer comentário acerca da intervenção do Sr. José Manuel Silvério que revela não ter acertado no alvo.

Ainda em relação à questão das taxas municipais relembra que em muitos municípios do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, que têm entregue a exploração e o serviço de abastecimento de águas a empresas com capital privado em maioria, não conhece que existam taxas sociais definidas por estas autarquias até porque estão, de certa forma, a perder a sua autonomia e a sua capacidade de isentar pessoas idosas nessa matéria. Felizmente que aqui em Palmela as águas e outras taxas são definidas pela Câmara Municipal e esse fornecimento ainda é assegurado em completo pela autarquia, pelo que um dia mais tarde poder-se-ão aprovar nesta Câmara outras medidas que visem atenuar algumas taxas e tem havido essa preocupação social cada vez que são confrontados a votar as novas tabelas.

Para terminar recorda que esta Câmara Municipal, ao contrário de outras vizinhas, tem uma medida de pagamento em prestações não só para casos onde há um consumo anormal mas também para casos sociais.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, em relação à intervenção do Sr. Dr. Álvaro Amaro tem a dizer que o cartão sénior na sua forma actual tem um âmbito muito restrito e a seu ver está muito pouco divulgado no Concelho.

Ao contrário do que foi referido, pelo seu antecessor, esta matéria foi alvo de estudo em relação ao que se passava em vários municípios que por sinal têm, neste momento, uma maioria PSD.

O problema da transferência de novas atribuições e competências para as autarquias, que se arrastou ao longo de toda a década de noventa e que agora vai ter um epílogo parcial, naturalmente que é gravíssimo até se saber qual o orçamento e as transferências para as autarquias. Nesta matéria o Governo anunciou que transmitiria para as autarquias os orçamentos que, actualmente, estão afectos a esses serviços, só que na prática é sempre muito difícil fazê-lo. Espera que o Governo cumpra e honre a palavra nesta matéria.

Tal como foi referido na Moção o âmbito das vantagens a dar com o cartão sénior municipal deve conformar-se aos recursos orçamentais da Câmara Municipal de Palmela. Diz que são um partido responsável, querem ser um partido de iniciativas e de propostas e não um partido demagógico.

Termina dizendo que é evidente para qualquer pessoa que aquilo que seria bom se fosse apresentado pela CDU não pode deixar de se considerar bom pelo facto de ser apresentado pelo PSD.

Sr. Presidente da Mesa, informa que, a pedido da CDU, vai fazer um pequeno intervalo pelas 22,05 horas.

Os trabalhos reiniciaram-se após intervalo, cerca das 22,10 horas não se encontrando presentes na sala os seguintes membros:

Sr. Pedro Ramos da CDU
Sr. Faustino Santos do PS
Sr. Engº. Fernando Nascimento
Sra. Dra. Celeste Oliveira do PSD

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido rejeitada por maioria com 14 votos contra da CDU, 1 abstenção do BE e 6 votos a favor (4 PS e 2 PSD).

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, apresenta declaração de voto dizendo que é por razões do ponto de vista formal e político que a bancada CDU vota contra, embora perscrutem que há na intenção, debaixo da capa da generosidade identificam uma tentativa de colocar algum incómodo à autarquia.

De qualquer maneira está claro para a CDU que o voto contra tem a ver com os pressupostos do PSD com os quais de maneira nenhuma podem estar de acordo.

Sr. Carlos Guinote do BE, apresenta declaração de voto dizendo que, por um lado acha justo estas medidas propostas mas a sua abstenção advém do facto do cartão estar mal divulgado.

Em sua opinião quando se lança um cartão deve haver uma informação dos limites desse cartão e essa divulgação não está feita.

Por outro lado não votou a favor porque o PSD na autarquia parece um partido diferente do PSD no poder e isso tem sido motivo das suas tomadas de posição de, aquando das eleições, chamar a atenção do eleitorado para este facto. As opiniões devem coincidir a nível central e local.

Termina dizendo que para pôr em prática esta proposta é necessário um valor elevado e a autarquia não cava dinheiro. Tem que haver uma discussão entre o poder central e o poder local para que determinadas tarefas sejam entregues às autarquias.

Sr. Pedro Ramos da CDU, Sr. Faustino Santos do PS, Sr. Engº. Fernando Nascimento e Sra. Dra. Celeste Oliveira do PSD, retomam participação nos trabalhos cerca das 22,15 horas.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, apresenta declaração de voto da bancada do PSD dizendo que a responsabilidade do cartão municipal sénior, e da parte social, tem que ser de todos seja poder central ou autarquias porque não se pode continuar a viver no jogo do empurra.

A Câmara Municipal, e bem, através dos rastreios de saúde tem feito um trabalho na área social que se pode dizer ser da responsabilidade do Governo.

Esta proposta está em vigor em Câmaras de maioria PSD. Se calhar o PSD em termos sociais, nas autarquias, também poderá dar lições a algumas pessoas.

Finalizando, pergunta qual a utilidade de um cartão que nem sequer aparece no site da Câmara. Isto é que nos deve fazer reflectir e no fundo estão todos de acordo em continuar a discussão, reequacionar e apanhar todas as propostas no sentido de arranjar o que de melhor há nelas. A proposta do PSD prevê estudos não prevê que fosse uma imposição, nem prevê que não houvesse contas.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se mais alguém pretende intervir neste período.

Sr. Joaquim Caçoete da CDU, apresenta cumprimentos aos presentes.
Apresenta Saudação alusiva à Greve Geral que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca à votação a admissão da Saudação, tendo sido admitida por unanimidade com 25 votos a favor (15 CDU, 5 PS, 4 PSD e 1 BE).
De imediato pergunta se alguém quer intervir na discussão da Saudação.

Sr. António José Santos do PS, diz que não lhe parece honesto da parte do PCP vir à Assembleia falar em nome de todos porque os números apresentados são da CGTP e do Partido Comunista e não têm nada a ver com aquilo que na realidade aconteceu.
Mais uma vez fala-se em nome dos trabalhadores e o Partido Socialista entende que a greve, supostamente geral, foi um fracasso total no País. Não se pode falar em nome dos trabalhadores e muito menos na Assembleia Municipal.
Termina dizendo que o Partido Socialista não pode de maneira nenhuma aceitar esta Saudação porque ela não representa a realidade dos factos e nesse sentido vai votar contra.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que se a greve geral não teve a expressão que o Bloco de Esquerda gostaria, também é preciso dizer que é necessária coragem para a fazer especialmente fora da função pública mas também na função pública. Já se adivinham perseguições a pessoas por via da sua posição no trabalho.
A greve teve a expressão que teve e o que há que enaltecer, para além da greve, é a coragem que as pessoas tiveram para fazer greve e em nome dos que não têm direito ao trabalho.
Termina dando o exemplo do que aconteceu numa empresa nas Carrascas onde um jovem trabalhou ao domingo e a seguir exigiu o dia de folga a que tinha direito. A funcionária do escritório informou o engenheiro responsável que, junto do trabalhador, perguntou se este queria trabalhar naquela empresa tendo este respondido afirmativamente ao que o engenheiro retorquiu para esquecer a folga a que tinha direito.

Sr. Presidente da Mesa, informa que, a pedido do PSD, vai fazer um pequeno intervalo pelas 22,25 horas.

Os trabalhos reiniciaram-se após intervalo, cerca das 22,30 horas.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Saudação à votação tendo sido aprovada por maioria com 16 votos a favor (15 CDU e 1 BE), 5 votos contra do PS e 4 abstenções do PSD.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, apresenta declaração de voto dizendo que a bancada do PSD se absteve porque nem sequer lhes foi entregue cópia da Saudação como é prática fazer-se.
Diz, ainda, que a maneira como esta greve geral foi convocada foi desproporcionada porque foi um mau serviço aos trabalhadores. Reconhece que há situações que merecem, por

parte dos trabalhadores portugueses, a luta e a reivindicação. Contudo, o timming e a maneira como foi convocada foi um pouco ao "arrepio" da estrutura que a convocou.

De acordo com a Constituição da República Portuguesa o direito à greve é acima de tudo um direito individual que deve ser respeitado, tal como deve ser respeitado o direito ao trabalho.

Termina dizendo que, por tudo isto, o Partido Social Democrata não pode admitir pressões, vindas de quem vierem, no sentido dos trabalhadores fazerem ou não fazerem greve. Acham que, em primeira análise, esse princípio é que deve ser colocado e ninguém deve ser perseguido por ter ou não feito greve.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se mais alguém pretende intervir neste período.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que em relação às obras recentemente feitas em Venda do Alcaide, respeitantes à construção do emissário de tratamento de águas, é sua opinião que a Câmara deveria ter feito ao mesmo tempo a obra dos esgotos que já está prevista. Isto levaria a uma poupança em termos dos trabalhos efectuados e evitava que se repetissem as contínuas aberturas de valas e os sucessivos transtornos que obras desta natureza provocam.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, diz que na ausência da realização de reuniões da Comissão Permanente da Assembleia Municipal a que pertence e de todas as outras, à excepção da coordenada pelo Sr. Engº. Fernando Nascimento, os autarcas do PSD vão fazendo o seu trabalho no terreno uma vez que o não podem fazer nos órgãos próprios.

Estiveram recentemente nas freguesias de Poceirão e Marateca onde visitaram a obra de construção da escola Marateca/Poceirão, tendo sido muito bem recebidos e onde lhes foi proporcionada uma visita guiada com explicação técnica profunda. Apraz-lhes registar, para além de todos os pontos positivos, um ponto negativo que é a não construção do pavilhão desportivo que seria uma grande mais valia ter sido ser incluída na actual construção.

Verificaram que os acessos, que são da responsabilidade da Câmara Municipal, ainda não estão a ser construídos mas pensa que irão estar prontos em Setembro. Deste modo, gostaria de questionar a Câmara Municipal acerca do ponto de situação desta obra.

Como prova de que o Poceirão não é um deserto, entre a escola e a localidade existe uma zona com águas estagnadas, tipo pântano, que pensa poder representar algum perigo para as crianças. Pretende saber, em termos de segurança, o que é que está a ser equacionado em relação a essa situação.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS apresenta cumprimentos aos presentes.

Diz que as questões políticas têm vários fóruns e nesta Assembleia Municipal têm o dever de, do ponto de vista político, não só criticar, fiscalizar, mas sugerir a acção do executivo municipal que é local e regional. É evidente que as coisas se interligam do ponto de vista político a outros níveis, mas têm muita política para fazer a nível local e é sobre essa que se devem debruçar e debater em maior profundidade.

Nesse sentido vai falar nalguns aspectos de política e de política local. Analisando o relatório da actividade municipal, gostava de realçar que este documento é um documento muito positivo e qualitativamente superior a outros que têm sido entregues.

De qualquer maneira vai fazer alguns reparos, uns positivos e outros negativos, no sentido de no futuro ainda se poder ter um documento de melhor qualidade, com mais informação e que possa revelar melhor aquilo que se vai ou não fazendo no Município.

O primeiro reparo tem a ver com a água consumida, dizendo que em anteriores relatórios era quantificado o número de análises efectuadas não se referindo a qualidade das análises. No presente documento verifica-se que já não é dada informação sobre o número de análises feitas quanto mais da qualidade da água. Apela à solidariedade do Sr. Carlos Guinote no sentido de "obrigar" a autarquia a preocupar-se mais e melhor com a qualidade, o ambiente e a vida. Este é um caso político porque é preciso verificar a nossa água e a sua qualidade na nossa região, não sendo necessário preocupar-nos com a água do país.

Continuando diz que na página seis do relatório existe um tema que se denomina Informação e Comunicação que acha interessante. Em relação a este tema relembra que em 10 de Abril de 2007, em Cajados, o Partido Socialista fez um requerimento pedindo, por escrito, uma série de informações sobre questões relacionadas com o Palmela Village. A resposta a esse requerimento ainda não foi dada. Esta é uma questão política, de respeito político, de respeito pelas pessoas pelo que é bom que se faça a resposta a este requerimento. Outro exemplo é de um cidadão que fez uma exposição à Sra. Presidente da Câmara, em 23 de Março de 2007, não tendo até à data obtido qualquer tipo de resposta.

Na página dez fala-se sobre Fiscalização. Sobre este assunto coloca algumas dúvidas acerca da actividade da fiscalização municipal porque ao fiscalizarem feiras e vendas ambulantes, resíduos e sucatas parece-lhe muito pouco não haver nenhuma intervenção. Basta passar pelas várias freguesias do nosso Concelho para verificar que existem problemas nestas áreas. Era bom que sobre estes três aspectos referidos, e concretamente as sucatas na freguesia de Quinta do Anjo que é uma questão preocupante, fossem sinalizadas as situações existentes. Analisando os mapas apresentados verifica que estas questões se encontram a zeros.

Realça com bastante agrado alguns capítulos como sendo bastante ricos e que têm a ver com a Segurança e a Ordem Pública, com a Educação e a Saúde Ocupacional. São capítulos que dão muita informação e onde já é possível ter a quantificação de acções desenvolvidas e em que se pode comparar aquilo que vem sendo feito. No entanto, na página catorze ainda se pode melhorar mais. Quando se refere a verba atribuída para o funcionamento dos refeitórios é importante dizer quantas refeições são servidas, quantos alunos usufruem das refeições, o que é acontecia anteriormente, como foi feita a progressão e o que é que melhorou. A mesma coisa relação ao parque escolar em que houve execução de trabalhos diversos. É importante saber quais, que valor foi gasto e que é que os munícipes ganharam com trabalhos que foram feitos. A mesma situação passa-se com o projecto "Aprender a Nadar", que é um projecto de muito interesse, sendo importante perceber a amplitude em termos de alunos abrangidos.

Quanto à Saúde Ocupacional, é um capítulo bastante desenvolvido e com muita informação, mas os quadros apresentados deveriam ser completados com aspectos como o que ainda falta fazer e que compromissos existem a curto prazo para melhorar esta área.

A Acção Social revela-se um capítulo diferente dos outros, ou seja houve um maior cuidado na informação que é dada. É bastante rico, os quadros dão bastante informação e permitem tirar a conclusão dos aspectos positivos e do trabalho desenvolvido neste campo.

Gostava ainda de referir aspectos que precisariam de maior desenvolvimento, e que constam na página vinte e quatro articulada com a página vinte e cinco, até porque são questões que estão na ordem do dia. Uma delas é a da plataforma logística de Poceirão em que deverá haver muito mais coisas a dizer, porque é um assunto que vai ter um impacto com algum significado na nossa região, pelo que valia a pena ser mais aprofundado.

O mesmo se passa com o plano de pormenor da Aldeia do Bacelo, página vinte e cinco articulada com a página vinte e sete. Apesar do trabalho já desenvolvido era importante que se soubesse mais e que passasse pela Junta de Freguesia a informação que falta, uma vez que é importante que chegue à população à medida que os projectos se vão desenvolvendo. Esta questão é muito importante porque é uma questão não só pedagógica mas enriquecedora do trabalho da própria autarquia, se vier a ser feito.

Refere que na página trinta e três há que relevar aspectos bastante interessantes e projectos que estão bem desenvolvidos em detrimento de outros projectos menos desenvolvidos. Aproveita para saudar a autarquia pelo esforço que tem feito na prestação de serviços pelo Museu Municipal como são as visitas guiadas ao circuito do Castelo, os Moinhos Vivos, o Núcleo Museológico da Vinha e do Vinho e o Museu vai à Escola. São projectos onde se nota que existe trabalho feito e onde há interesse das populações.

As mesmas questões na Acção Cultural e na utilização dos equipamentos culturais, o que tem a ver com o trabalho que se vai fazendo, a divulgação junto das populações e tudo aquilo que é trazido em benefício do nosso Concelho, pelo que ressalva dois aspectos positivos e um negativo. O Cine-Teatro São João está com uma actividade bastante interessante e o mesmo se pode dizer em relação ao Centro Cultural do Poceirão. Pelo contrário, é sua opinião que o Auditório da Pinhal Novo está sub aproveitado, pelo que tem que ser feito um esforço no sentido de o rentabilizar. As presenças neste equipamento comparadas com os outros equipamentos estão abaixo daquilo que pensa poder ser a actividade, ou rentabilidade, do mesmo.

Fica a sugestão para que a articulação do trabalho entre as Juntas de Freguesia e o executivo da Câmara Municipal seja mais relevante. Nota-se na página quarenta e cinco, Participação e Acção Local, que o acompanhamento de determinados aspectos colocados pelas Juntas de Freguesia à Câmara Municipal é de muito pouca relevância. São problemas minúsculos e de pouco significado, pelo que é de exigir mais às Juntas de Freguesia e exigir um maior número de respostas da Câmara Municipal.

A partir da página quarenta e sete é feita, e de uma maneira bastante positiva, a análise à execução orçamental. É um conjunto de páginas com um valor técnico significativo pelo que, no sentido de facilitar a acção fiscalizadora da Assembleia, pede ao executivo municipal que tente transformar esta análise num resumo final de duas páginas A4. Sugere que se exponham os aspectos positivos e mais relevantes da sua acção do ponto de vista da execução orçamental e por outro lado se caracterizem os aspectos negativos e aspectos em que é preciso redobrar o trabalho, e redobrar a atenção, para que o conjunto dos objectivos que se propõem possam ser cumpridos. Esses aspectos são importantes porque relevariam a acção positiva que está a ser feita e daria indicações sobre os aspectos negativos aos quais se poderiam até dar sugestões para serem melhor cumpridos.

Ainda em relação a sugestões, e para terminar a sua intervenção, quer elevar como de muito interesse um aspecto que é referido na página cinco e que tem a ver com a nova

organização da Câmara Municipal em termos de reorganização orgânica. Trata-se dum trabalho que está a ser feito a nível dos departamentos e que tem a ver com a missão, os valores e os objectivos de cada um deles. Era muito importante que esta Assembleia fosse informada de quais são os objectivos para cada um dos departamentos, para se poder exercer uma acção de fiscalização e de sugestão, relativamente ao trabalho desenvolvido, de forma a ser feita uma avaliação de cada um.

Sr. José Manuel Silvério do PS, refere que tem questões a colocar sobre a actividade municipal mas antes disso, e uma vez que foi referida a escola de Poceirão/Marateca, gostava de dizer que nesta Assembleia apenas se referiu a esta escola uma única vez aquando da discussão da Moção do PIDDAC. No entanto gostava que não se fizesse batota sobre esta escola, nomeadamente quando o Sr. Carlos Vitorino fala sobre o pavilhão. Já em Dezembro de 2004, quando o PSD era Governo, a construção do pavilhão era uma das questões que estava em cima da mesa, foi discutida até ao limite apesar de não ter sido possível a inclusão na obra. Deste modo não se pode dizer que o pavilhão não foi feito porque o actual Governo não o quer fazer.

É bom que todos os partidos e políticos do nosso Concelho não cedam à demagogia e oportunismo, por respeito às crianças e em homenagem a todos aqueles que ao longo de anos tiveram que abandonar a escola porque não tinham condições para estudar, e sigam o exemplo de maturidade, sabedoria, discrição e responsabilidade dado por aquelas populações e pela comissão pró-escola. Ao longo de vinte anos as crianças daquelas populações foram vítimas de discriminação do poder central mas também do oportunismo do poder local que se servia daquela necessidade para tirar dividendos políticos sem verdadeiramente fazer o que deveria ser feito. É bom que não se use aquela obra para abrir mais feridas e divisões no Concelho e que sirva para que o Concelho de Palmela tenha cada vez mais qualidade de vida em todo o seu vasto território.

Em relação à actividade da Câmara, diz ter uma dúvida que gostava de ver esclarecida. Na página sete fala-se do kit para recém nascidos, pelo que pretende saber como se processa a sua divulgação, a identificação e a entrega. Tem informação de pessoas que foram pais recentemente e que não receberam nem tiveram conhecimento dos mesmos.

Na página trinta e cinco, na Acção Cultural, há a assinalar o facto do Centro Cultural do Poceirão ter mais acções realizadas e mais presenças de público do que o Auditório Municipal do Pinhal Novo. Pergunta se este Auditório não estará a ser subaproveitado porque se assim for é uma pena.

Para terminar diz que na página quarenta e quatro é dito, em relação à Feira Agrícola e Comercial do Poceirão, que a Câmara fez a coordenação de todo o apoio logístico à realização da feira. Deste modo temos uma situação em que a Junta de Freguesia do Poceirão e a Câmara falam coisas totalmente diferentes aos munícipes. Também é uma questão que a Associação da Feira terá que analisar e definir o que é que é feito e por quem é feito.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, em relação à intervenção do Sr. José Manuel Silvério diz que não vem a esta Assembleia fazer intenções ou batota.

Aquilo que disse é que era pena que o pavilhão não tivesse sido feito de raiz. Se foi uma obra lançada num Governo PSD pelo PSD, quem não fez na altura o pavilhão de raiz pelas dificuldades, que o Sr. José Manuel Silvério sabe quais são, que ainda hoje se mantêm foi quem

adjudicou. Deste modo não sabe onde é que está a batota porque já Confúcio dizia que *"… o maior cego é aquele que não quer ver …".*

Estão na Assembleia de coração aberto a discutir os problemas e não há donos da verdade absoluta e é isso que é sempre necessário que fique dito. Aquilo que disse foi o que se passou, são factos, não são suposições, não são invenções nem são situações que faltem à verdade.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se quer responder às questões que foram colocadas.

Sra. Presidente da Câmara apresenta cumprimentos aos presentes.

Diz que vai tentar responder às questões colocadas não a todas porque registou algumas como observações.

Ao Sr. Carlos Guinote diz que tomou nota das questões da sinalização, sendo que algumas se prendem com a não retirada de algumas placas de sinalização que foram colocadas pela REFER aquando de obras efectuadas na zona.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. António José Santos diz que as manilhas irão ser retiradas ou então tapadas e essa intervenção será feita pelos serviços municipais. Quanto à calçada, só está a ser feita de um lado e é assim que irá ficar porque não há condições para fazer dos dois lados.

Em relação à questão da limpeza de canas no concelho de Setúbal, questão colocada pelo Sr. Fernando Nascimento, diz que os serviços efectuaram a limpeza por sua iniciativa não havendo nenhum protocolo com a Câmara de Setúbal.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, diz que a falta de pressão de água se deveu a uma rotura junto ao reservatório da Cascalheira devido às obras que a Setgás está a fazer. De momento não se estão a fazer outras obras de reforço de abastecimento de água apesar de as mesmask4 estarem previstas. Em relação à intervenção na Praça da Independência, informa que o contrato está prestes a ser assinado pelo que a obra começará rapidamente sendo que a sua execução decorrerá pelo prazo de quarenta e cinco dias. Quanto à questão da iluminação, diz que se está a trabalhar com uma empresa da especialidade para ser efectuada uma intervenção de alguma qualidade uma vez que o problema é complexo. É um problema de fundo porque tem que se mexer em todo o sistema de iluminação que está enterrado. Brevemente será também lançado um concurso para essa intervenção.

Não querendo comentar uma questão que é da Assembleia, e que tem a ver com a Moção apresentada pelo Sr. José Bracinha Vieira, gostaria apenas de acrescentar um pormenor que pensa ser uma informação útil para todos os senhores Membros da Assembleia. Para além do cartão municipal funcionar a partir do momento em que as pessoas fazem prova da sua condição de idosos e do seu rendimento, há um outro aspecto que está previsto no regulamento municipal de tarifas. Neste regulamento estão previstas isenções e reduções para pessoas que apresentem determinados rendimentos e é aí que, conjugando já não tanto a questão da idade mas sim os rendimentos, as pessoas poderão ter reduções no abastecimento de água e no saneamento.

Voltando ainda ao Sr. Carlos Guinote em relação à Venda do Alcaide e à obra do emissário, diz que não era possível fazer tudo ao mesmo tempo. Neste momento o emissário está praticamente feito e mais tarde será feita a ligação aos arruamentos urbanos. Esta obra será feita numa segunda fase pela Câmara Municipal e não era possível ter sido feita aquando do emissário quer por uma questão de articulação com a Simarsul, quer por questões financeiras.

Ao Sr. Carlos Vitorino e em relação aos acessos da escola 2/3 Poceirão/Marateca diz que a obra já se iniciou no dia doze do corrente mês e prevê-se a regularização da zona da lagoa/pântano no âmbito desta empreitada através da realização de uma vala de drenagem enterrada que irá drenar a água que ali se acumula.

Registou a maior parte dos comentários do Sr. Carlos Martins em relação ao relatório da actividade municipal, salientando dois aspectos. No que respeita às análises de água diz que vêm mencionadas em termos quantitativos na página vinte e oito e o seu resultado é divulgado pelas Juntas de Freguesia, bem assim como no boletim municipal e nos serviços municipais. Devido à sua complexidade, e dado o período temporal a que se refere o relatório, era impossível identificar os vários parâmetros para este conjunto de análises. Em relação ao projecto Aprender a Nadar, apesar de não vir o número global, é referido o número de alunos envolvidos no período. Diz que seria importante saber pormenores sobre o requerimento entregue pelo munícipe e que não teve resposta pois não será caso único. Relativamente ao requerimento apresentado pela bancada do Partido Socialista sobre o Palmela Village diz que já foi despachado pelo que a resposta será recebida brevemente. Era um requerimento que colocava questões que necessitavam de uma análise feita com alguma exaustão sendo que a resposta tende para alguma simplificação. Quanto à avaliação dos objectivos atingidos e não atingidos no Plano de Actividades e no Orçamento, apesar de perceber a sugestão dada, acha que a questão de sintetizar neste caso poderia eventualmente retirar um pouco da análise detalhada que é apresentada. Esta análise justifica-se uma vez que permite, em comparação com as anteriores e com as que virão a seguir, ter uma visão do decorrer do ano para além da análise final que vem na prestação de contas. Por fim e em relação à plataforma logística informa que, neste momento, a intervenção da Câmara é muito sumária. O trabalho que está a ser efectuado tem a ver com a discussão dos acessos à Plataforma Logística com o Ministério das Obras Públicas, mais exactamente com a Secretaria de Estado dos Transportes. É um trabalho conjunto com a Secretaria de Estado e com o consórcio constituído pelas várias empresas envolvidas. A Câmara Municipal defende que não pode haver uma solução de fazer sair o trânsito da zona de Pinhal Novo sem ser executada a variante proposta. Neste sentido foi proposto redefinir o seu traçado para receber todo o trânsito que deverá acontecer a partir da Plataforma Logística, uma vez que o seu relacionamento com as auto-estradas não pode passar pela rede municipal que existe actualmente nem tão pouco pelas estradas nacionais existentes, concretamente a EN 252 que ficaria intransitável se recebesse mais trânsito pesado. Aproveita para informar que amanhã, dia 19, será recebido no nosso Concelho o Sr. Ministro das Obras Públicas e a Sra. Secretária de Estado que, no local onde irá ser instalada a Plataforma, irão assinar o protocolo entre o Governo e o consórcio para a execução da mesma.

Ao Sr. José Manuel Silvério diz que a distribuição do Kit de recém-nascido se faz na Conservatória do Registo Civil de Palmela e é entregue no acto de registo das crianças. Em relação ao apoio logístico à Feira do Poceirão é exactamente como diz o Relatório. Através da

Divisão de Turismo e Economia Local é feita a coordenação do apoio logístico independentemente do apoio logístico que a Junta de Freguesia de Poceirão tem a seu cargo.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa,** dá por terminado este período e dá início ao período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sra. Presidente da Câmara faz a leitura da Introdução ao Relatório da Actividade Municipal.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, diz que a sua intervenção se prende com a revogação do Decreto-lei que tem a ver com a fiscalização. Verifica neste Relatório que as questões relativas ao Ambiente nomeadamente o ar, a água, os solos e os efluentes que existem no Concelho não tiveram fiscalização. O Decreto-lei que esteve em vigor até dia 31 de Maio (nº. 46/94 de 22 de Fevereiro) referia as competências de fiscalização das entidades licenciadoras e que gerissem espaços e zonas protegidas. Em treze anos de vigência deste diploma não tem conhecimento de um único auto de notícia de domínio hídrico lavrado pela Câmara Municipal de Palmela. Não acredita que os fiscais, provavelmente por falta de formação, não reconheçam estas situações e não tenham, em treze anos, lavrado um auto de notícia. Com a entrada em vigor do novo diploma (nº. 226-A/07 de 31 de Maio) as autarquias deixam de ter a competência da fiscalização, mas são obrigadas a notificar a autoridade licenciadora das irregularidades relativamente ao domínio hídrico.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, em relação ao pedido de dados da Sra. Presidente sobre o requerimento apresentado pelo munícipe vai fazer entrega de cópia do mesmo.

Em relação à Plataforma Logística agradece as informações relevantes e interessantes dadas pela Sra. Presidente. Espera que este projecto, que é nacional e local e vai representar muito para a nossa Região e para o nosso Concelho, não seja mais uma vez um projecto como é costume dos projectos nacionais em que sobra sempre um montinho de pedra e um restinho de areia. Temos que exigir ao Governo aquilo que for do Governo e cumprir a nossa parte quando for caso disso. A Sra. Presidente da Câmara faz muito bem em exigir ao Governo, neste momento e a partir de agora, que a concretização do projecto seja um êxito, que se faça em tempo útil e que seja uma benfeitoria para a nossa região. É uma exigência do ponto de vista político que deve ser feita ao Governo seja este ou qualquer outro.

Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções passa de imediato ao ponto seguinte.

2 – Prorrogação das Medidas Preventivas para o Perímetro Urbano de Cabanas, estabelecidas no âmbito da elaboração do Plano de Urbanização de Cabanas

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. António José Santos do PS, em relação ao ponto em discussão diz que a bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente mas gostariam de ser esclarecidos acerca do que é dito no segundo parágrafo da primeira página do documento, nomeadamente quanto ao tempo de finalização uma vez que na página quatro é referido o ano de 2010. Refere ainda que o texto do último parágrafo da primeira página já é conhecido de outros documentos, esperando que os estudos de infra-estruturas sejam feitos de uma forma diferente, e melhores, que os projectos da Palmela Village e das Colinas da Arrábida que deixam um bocado a desejar. Na página cinco refere-se as actividades económicas e as novas acessibilidades, pelo que pretende saber quando é que esta situação será visível.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, gostava de saber se desde o ano 2005, e da parte da Câmara Municipal, no decurso do plano de urbanização houve necessidade de entregar alguns elementos à CCDR-LVT. Pergunta ainda qual o tempo de retenção do plano de urbanização na Câmara Municipal de Palmela e na entidade CCDR-LVT.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, diz que tem dois reparos a fazer de ordem pedagógica. Seria um bom hábito a Câmara Municipal, e o seu Executivo, passarem a detalhar um pouco melhor aquilo que diz a lei ou seja na elaboração das propostas deveria, para além da referência aos artigos da lei, constar a explicação concreta do que significam.

Em relação ao prazo de prorrogação proposto parece-lhe pouco mas não tem informação suficiente para ver se é pouco ou se é muito. Em sua opinião quando, em termos de proposta, se faz o enquadramento e as justificações deveria ser dito em que estado está o processo para se poder ter a noção do prazo necessário.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, diz que não sabe informar qual o tempo em que plano esteve na CCDR-LVT, mas no final do corrente mês espera-se receber da equipa técnica a proposta do plano. Nessa altura far-se-á a apreciação interna e também o envio à CCDR-LVT para que esta entidade proceda a todas as consultas que têm que ser feitas.

Neste momento solicita-se a prorrogação das medidas preventivas por mais um ano porque é o período limite. Neste período o processo tem que ficar concluído sob pena do território ficar sem reservas.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta a partir de que altura é que conta o período de um ano.

Sra. Presidente da Câmara, responde que é a partir do momento em que é deliberado.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 25 votos a favor (15 CDU, 5 PS, 4 PSD e 1 BE). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 23,45 horas do dia 18 de Junho de 2007, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 18 de Junho de 2007